



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº 8516639-57.2020.8.06.0000

Assunto: Análise da minuta do Contrato nº 23/2020, a ser celebrado entre o TJCE e FERNANDO MONTENEGRO CASTELO.

PARECER

Em evidência, a comunicação interna acima identificada, por meio da qual a Divisão Central de Contratos e Convênios encaminha, para análise e considerações desta Consultoria Jurídica, em obediência ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, a minuta do Contrato nº 23/2020, a ser celebrado entre o TJCE e o senhor FERNANDO MONTENEGRO CASTELO, que tem por objeto a *“a prestação de serviços profissionais de Leiloeiro Público Oficial para alienação de bens imóveis pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Ceará por meio de processo licitatório, na modalidade leilão oficial, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos”*.

Referido instrumento contratual é derivado do credenciamento nº 01/2020.

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

De início, vale ressaltar que, por meio deste parecer, serão analisados apenas os aspectos legais da minuta do Contrato nº 23/2020, eis que não cabe a esta Consultoria Jurídica valorar a conveniência e oportunidade da contratação em si, sob pena de usurpação da competência discricionária própria do Administrador Público.

Firmada essa breve premissa, e verificando que o processo de credenciamento que acompanha os autos obedeceu a todas as formalidades legais, passamos, a seguir, ao exame da minuta em questão, com o fito de verificar se a mesma se encontra em consonância com as normas que lhe são pertinentes.

Após análise aos termos da minuta, percebe-se que suas cláusulas estão em perfeita harmonia com o edital do credenciamento e nº 01/2020, o qual se destinou ao credenciamento de leiloeiros públicos oficiais interessados em atuar nas licitações, na modalidade leilão oficial (presencial e eletrônico, com apresentação de lances através da internet) para venda de bens imóveis pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Ceará, e nela consta corretamente indicado o nome de um dos leiloeiros credenciados, FERNANDO MONTENEGRO CASTELO.

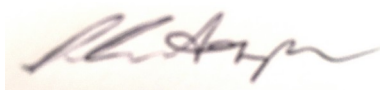
Por outro lado, faz-se necessário realçar a obrigatoriedade de atendimento a todas as cláusulas reclamadas pelo art. 55 da Lei nº 8.666/93, inclusive ao seu item IV, que se refere à necessidade de fazer constar o prazo de execução do contrato. Em que pese a “Cláusula Terceira – Da Vigência”, faça remissão a um prazo pelo qual vigerá o contrato em exame, referente a um período de 12 meses, não foi identificado qual seria o lapso temporal equivalente no documento. Dessa forma, cumpre destacar a imprescindibilidade de discriminar nesse instrumento o período específico pelo qual vigerá a contratação pleiteada.

Ante todo o exposto, e ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com os termos da minuta que nos foi encaminhada

para análise, desde que efetivadas as modificações retrocitadas, sem necessidade de reapreciação por este órgão consultivo após concluídas.

É o Parecer. À superior consideração.

Fortaleza/CE, 18 de novembro de 2020.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Lilian Bastos Ribas de Aguiar', is centered on a light-colored rectangular background.

Lilian Bastos Ribas de Aguiar
Técnica Judiciária

De acordo. À douta Presidência.

Luis Lima Verde Sobrinho
Consultor Jurídico